



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

Ofício GP.L nº 135/2017

Processo nº 15.594-7/2017

Jundiaí, 23 de junho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em atendimento ao que consta do Requerimento ao Plenário nº **20/2017**, da lavra de Vossa Excelência, sobre a situação financeira do Município, vimos encaminhar cópia das informações prestadas pelas Unidades de Gestão de Governo e Finanças e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em resposta aos quesitos formulados.

Respeitosas saudações.



LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

Vereador GUSTAVO MARTINELLI

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N E S T A

Questionamento 01

As informações relativas ao questionamento foram relatadas à e. Câmara, por ofício, quando do encaminhamento da mensagem contendo a exposição da situação do Município e Plano de Governo, em conformidade com as atribuições conferidas e com o que dispõe o art. 72, da nossa Lei Orgânica.

Questionamento 02

As informações exibidas no Portal da Transparência da Prefeitura são geradas na base de dados do Sistema Integrado de Informações Municipais – SIIM, e refletem fielmente toda a execução orçamentária por Órgão, deste modo, não houve necessidade de realizarmos correções. Por outro lado, a ferramenta de Controle Social, conhecida como Portal da Transparência precisa constantemente ser aprimorada para facilitar o acesso das informações ao cidadão.

No início deste calendário incluímos no “De Olho no Dinheiro Público”, denominação do Portal da Transparência da Administração Direta, uma relação dos credores para acompanhamento dos restos a pagar e demais passivos dos anos anteriores.

Questionamento 03

A resposta fica prejudicada, em razão da impossibilidade da existência de liquidação sem o atendimento aos dispositivos da Lei Federal nº 4320/64, especificamente aos artigos 60 a 63. Por outro lado, até o momento, foram empenhados cerca de R\$ 5 milhões, com recursos do exercício, amparados na emissão de suplementações por Decreto, conforme autorização contida na LOA 2017 (onerando recursos do ano, portanto) para atendimento de despesas contraídas no ano de 2016 sem a devida previsão no presente ano.

Questionamento 04

Os elementos relativos ao questionamento foram apresentados exaustivamente em Audiências Públicas, nessa C. Casa de Leis, em 31/05/17 versando sobre o cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2017, e em 07/06/17, sobre as Metas Fiscais projetadas para a elaboração do Lei Orçamentária (LOA) para o próximo exercício, em atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/00 – LRF e poderão ser acessados livremente no Portal da Transparência da Prefeitura nos endereços eletrônicos:

<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/1Q-17.pdf>

<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o1.pdf>

Questionamentos 05, 06, 07 e 08.

Item 5 – Segue abaixo relação dos Restos a Pagar por secretária em 01/01/2017;

SECRETARIAS	RP 2016
GABINETE DO PREFEITO	1.346.147,56
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	23.797,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	380.285,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	390.831,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4.972.357,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	4.591.466,20
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	3.921.679,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	31.822.001,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. E MEIO AMBIENTE	583.171,27
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	8.373.840,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	27.591.162,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	32.484.495,10
SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL	2.850.465,36
SEC. MUN. DESENV. ECONÔMICO, CIENCIA E TECNOLOG.	140.580,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULT. E ABASTECIMENTO	809.114,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	12.625.075,26
GUARDA MUNICIPAL	6.275.576,01
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	6.517,61
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	1.063.629,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	3.933.294,19
TOTAL	144.185.489,78

Tendo sido pago até 31 de maio de 2017 R\$ 83.774.457,67, sendo R\$ 23.798.889,97 parcelado junto ao IPREJUN, Lei nº 8.549/15 e 8.608/16 – Acordo 261/17 (Prazo de abril/17 a

março/22), e demais parcelamentos previstos no Decreto nº 26.794/17, com valor original de R\$ 41.058.099,90 (Prazo de abril/17 a maio/19), restando para regularização apenas um valor residual, cuja listagem também encontra-se no sítio eletrônico do Portal da Transparência da Prefeitura: http://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Lista-da-Credoresv18_12_06_2017_publicar.pdf

Item 6 – Para os valores inferiores a R\$ 360.000,00, a quitação se deu em observância a ordem cronológica dos vencimentos, tendo sido concluído os pagamentos em 12 de junho de 2017, para as notas fiscais superiores a R\$ 360.000,00 até 500.000,00, parcelamento em 12 vezes, entre 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00 em 18 vezes e superiores a 1.000.000,00 em 24 vezes e para o IPREJUN em 60 parcelas mensais com a última parcela prevista para fevereiro de 2022.

Item 7 – Como ainda não concluímos o primeiro semestre de 2017, seguem abaixo o comparativo para os 5 (cinco) primeiros meses de 2016/2017;

Janeiro a Maio	Valor	
2016	714.334.690,46	
2017	753.815.916,36	
Crescimento	39.481.225,90	5,53%

Item 8 – Como ainda não concluímos o primeiro semestre de 2017, segue abaixo o comparativo para os 5 (cinco) primeiros meses de 2016/2017;

PRINCIPAIS RECEITAS	2016	2017	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	73.290.907,49	92.439.892,64	19.148.985,15	26,13%
IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	96.169.322,01	103.127.304,89	6.957.982,88	7,24%
COTA-PARTE DO ICMS	266.955.044,57	262.577.429,33	-4.377.615,24	-1,64%
COTA-PARTE DO IPVA	80.260.717,83	82.034.815,69	1.774.097,86	2,21%
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	24.820.425,67	26.753.831,82	1.933.406,15	7,79%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	58.434.971,57	60.919.395,98	2.484.424,41	4,25%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSUS SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO	39.848.598,05	39.568.891,83	-279.706,22	-0,70%

Questionamento 09

Elementos subsidiados pela UGDECT.

Questionamento 10

A previsão da frustração da arrecadação para este exercício é de, aproximadamente, R\$ 100 milhões, sendo a principal queda oriunda do ICMS, a nossa maior fonte de receita. Para equalizar essa problemática, em atendimento à LRF, foram expedidos os Decretos nº 26.794, de 31 de janeiro de 2017 e o nº 26.795, de 31 de janeiro de 2017. O primeiro instituiu o Programa de Parcelamento de Débitos de Exercícios Anteriores e o segundo conjeturou a redução das avenças da Municipalidade em consonância ao princípio da economicidade, além do próprio Decreto de Execução Orçamentária (26.787/17), que restringiu ainda mais a ampliação dos gastos públicos no hodierno calendário.

As frustrações de arrecadação podem se dar em decorrência de inúmeros fatores, os quais nem sempre estão sobre a governança da Administração, como é o caso da administração das políticas macroeconômicas e as interferências políticas diversas, o que impacta diretamente na receita, mas o importante é o controle na execução orçamentária e a normalização da despesa em função da receita, como preconiza o arcabouço do direito financeiro.

Questionamento 11

As informações solicitadas estão abarcadas nos dois relatórios subsequentes, os quais expressam o valor e quantidade de inscritos em Dívida Ativa, tal como, quem são os 30 maiores devedores dos municípios, classificados em imobiliários e mobiliários, ressaltando que parte desses débitos encontram-se pendentes judicialmente, o que não implica, necessariamente, em garantia de cobrança dos créditos (como exemplo, cita-se a dívida da extinta Vigorelli do Brasil S/A). Ademais, tais informações também constam dos Balanços publicados em 31/03/17 na Imprensa Oficial do Município.

Tipo de Contribuinte	Débito			Não Ajuizadas			Cobrança Judicial						
	Qtde	Vr. Original	%	Qtde	Vr. Original	%	Qtde	Vr. Original	%	Vr. Corrigido	%		
Outros	5.445	10.185.533,58	5,58	2.743	3.137.875,66	1,72	4.176.520,78	0,75	2.702	7.047.657,92	3,86	13.892.055,38	2,49
ISSQN	16.385	37.798.577,14	20,71	1.737	7.296.059,19	4,00	30.211.843,09	5,41	14.648	30.502.517,95	16,71	197.509.001,86	35,38
Imobiliário	81.439	74.203.051,04	40,65	50.349	39.619.582,49	21,71	67.504.667,25	12,09	31.090	34.583.468,55	18,95	117.606.167,36	21,07
Mobiliário	88.313	60.338.893,72	33,06	38.064	25.330.101,40	13,88	40.186.673,42	7,20	50.249	35.008.792,32	19,18	87.143.020,76	15,61
Total	191.582	182.526.055,48	100,00	92.893	75.383.618,74	41,30	142.079.704,54	25,45	98.689	107.142.436,74	58,70	416.150.245,36	74,55

MOBILIÁRIO

<u>Nome/Razão Social</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>	
R.G.M.ADMIN.DE MAO DE OBRA SERV.LTD	74511346000190	1.557.275,67	6
DAVISON-PLAN.J.MARK.E PROP.S/C LTDA	51863892000195	1.527.651,53	9

C.I. UGDECT/G nº 068/2017

Jundiaí, 13 de junho de 2017

De: UGDECT Unidade de Gestão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Para: UGCC/Departamento de Apoio Parlamentar
Ref.: Requerimento Nº 20 – Ver. Gustavo Martinelli

A UGDECT Unidade de Gestão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, vem pela presente, em resposta ao comunicado interno de 08/06/17, referente ao assunto supra, fornecer, como solicitado, esclarecimentos relativos ao item 9 do Requerimento acima referido.

9 – Pergunta: “Como tem sido o desempenho da economia municipal? Há empresas com grande impacto para a arrecadação pública reduzindo ou encerrando atividades em Jundiaí? Quais são essas empresas? Há outras empresas de grande porte iniciando atividades? Qual a expectativa de desempenho da economia nos próximos anos?”.

Resposta: A economia municipal vem sofrendo nos últimos anos, essencialmente como reflexo da crise econômica nacional. Não é uma crise qualquer. Tivemos oito trimestres consecutivos de queda do PIB nacional, com queda da produção e do emprego. O PIB nacional caiu 3,8% em 2015, e 3,6% em 2016.

O quadro recessivo nacional reflete-se de forma contundente nos municípios. Em Jundiaí, o saldo da geração de empregos formais passou a ser negativo a partir de 2014, quando houve redução de 1.716 empregos formais. Em 2015 o saldo negativo foi de 11.675 empregos, e em 2016, de menos 6.905 empregos formais. Entre janeiro e abril de 2017, contabilizamos saldo ainda negativo, de 1.160 empregos formais.

A perda de tantos postos de trabalho significa, evidentemente, queda na produção, na agregação de valor e no recolhimento de impostos. Em Jundiaí tivemos o seguinte problema: a queda no emprego formal, em termos percentuais, foi maior que o verificado no Estado e no País, nos últimos anos, o que indica que teríamos problemas na participação, dentro do Estado, da agregação de valor e, por conseguinte, nos repasses do ICMS.

Isso de fato aconteceu, tendo o Índice de Participação dos Municípios de Jundiaí no ICMS se reduzido de 2,035% em 2016, para 1,957% em 2017, após muitos anos de crescimento do Índice.

Julgamos importante salientar que a presente crise não decorre do movimento natural de empresas entrando ou saindo do Município, mas essencialmente dos reflexos de gravíssima crise nacional sobre o parque





JUNDIAÍ
PREFEITURA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E EMPREGO

produtivo aqui instalado. De qualquer forma, não tivemos empresas com grande impacto na arrecadação deixando o Município. Temos, por outro lado, recebido muitas consultas acerca de novos investimentos, e já anunciamos, inclusive, os nomes de algumas das novas empresas, como por exemplo Havan, Tauste Supermercados, Wago Eletroeletrônicos, M3 Health (vide relação completa nos anexos I e II).

Para os próximos anos, dependemos, assim como a maioria absoluta dos demais municípios, de uma recuperação da economia nacional, processo em fase incipiente, ainda, e sem garantias de continuidade, dado o cenário político/jurídico/institucional bastante delicado. Entendemos que, muito mais que contar com o crescimento econômico nos próximos 03 anos, pelo menos, devemos nos ocupar sobre a variável da eficiência dos gastos, de forma a adequá-los, da forma mais rápida possível, à nova realidade econômica e orçamentária.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Messias Mercadante de Castro
Gestor da Unidade de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

José Roberto Pellizzer
Diretor do Núcleo de Planejamento, Gestão e Finanças – UGDECT.

ANEXO II – Comercio e Serviços

EMPRESA	ATIVIDADE	EMPREGOS	SITUAÇÃO
Havan	Loja de Departamentos	200	Em atividade
Tenda Atacadista	Comercio de Produtos Alimentícios; Higiene; Limpeza; Vestuário; etc.	100	Em atividade
Tauste Supermercados	Comercio de Produtos Alimentícios; Higiene; Limpeza; Vestuário, etc.	500	Previsão para Novembro/2017
Supermercados Monte Serrat	Comercio de Produtos Alimentícios; Higiene; Limpeza; Vestuário, etc.	200	Previsão para Janeiro/2018
Casa do Confeiteiro	Comercio de Produtos Alimentícios	200	Instalação da Matriz e Centro de Distribuição Previsão para Janeiro/2018
Dafiti	Centro de Distribuição. Comercio eletrônico	+ 400 Total - 1200	Expansão. Previsão 1º semestre de 2018
GLP	Galpões para Locação		Em construção
CF3	Galpões para Locação		Em construção

Júlio Cesar Durante
Diretor do Deptº de Fomento ao Com. e Serviços
Des. Econômico, Ciência e Tecnologia

Messias Mercadante de Castro
Gestor da Unidade de Desenvolvimento
Econômico, Ciência e Tecnologia




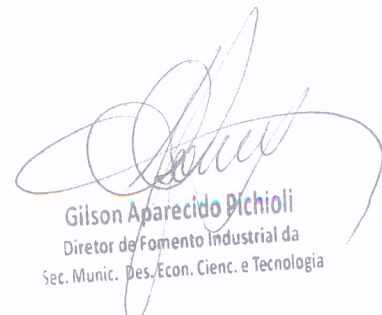
JUNDIAÍ

PREFEITURA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E EMPREGO

PROTERVAC	Máquinas seladoras a vácuo - EXPANSÃO	60	Previsão para NOV/2017
M3 HEALTH	Próteses Ortodônticas - EM INSTALAÇÃO	Até 120	Previsão para JAN/2018
SANCHEZ CANO / FINI	Doces, Guloseimas - EXPANSÃO	Até 120	2018
FIDES	Fiação e Tecelagem - EXPANSÃO	Indefinido	2018
MANE	Aromas e Fragrâncias para alimentos - EM INSTALAÇÃO	120	2018
KERAKOL	Argamassas para construção civil - EM INSTALAÇÃO	70	2018
BESINS HEALTHCARE	Produção de Hormônios - EM INSTALAÇÃO	25	2018
MRS OFICINAS MANUT.	SOB ANÁLISE	Até 200	


Messias Mercadante de Castro
Gestor da Unidade de Desenvolvimento
Econômico, Ciência e Tecnologia


Gilson Aparecido Pichioli
Diretor de Fomento Industrial da
Sec. Munic. Des. Econ. Cienc. e Tecnologia